

INFORME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

MARÇO/2014

Volume 26 • Número 03



Artigo

Análise da Distribuição das Despesas
com Benefícios do Regime Geral de
Previdência Social segundo Gênero

Nota técnica

Resultado do RGPS
de fevereiro/2014

Expediente

Ministro da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Secretário Executivo
Carlos Eduardo Gabas

Secretário de Políticas de Previdência Social
Benedito Adalberto Brunca

Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social
Rogério Nagamine Costanzi

Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
Otoni Gonçalves Guimarães

Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
Marco Antônio Gomes Pérez

Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários
Emanuel de Araújo Dantas

Corpo Técnico
Carolina Fernandes dos Santos
Carolina Verissimo Barbieri
Edvaldo Duarte Barbosa

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social/MPS.

Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

ISSN da versão impressa 2318-5759

Correspondência

Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408
E-mail: cgep@previdencia.gov.br



Artigo

ANALISE DA DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL SEGUNDO GÊNERO

Andrea Velasco Rufato

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal, bacharel em Relações Internacionais – PUC-MG e especialista em Gestão Estratégica – UFMG. Atualmente em exercício na Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

Rogério Nagamine Costanzi

Mestre em Economia pelo IPE/USP e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal desde janeiro de 2000. O autor teve passagens pelo Ministério da Previdência Social (ex Assessor Especial do Ministro, Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários e atualmente Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social), Ministério do Trabalho e Emprego (ex Assessor Especial do Ministro e ex Coordenador-Geral de Emprego e Renda), Ministério do Desenvolvimento Social (ex Coordenador-Geral de Acompanhamento e Qualificação do Cadastro Único), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

1. Introdução

A Previdência Social é afetada por diversas transformações que ocorrem na sociedade como, por exemplo, as decorrentes da demografia e do cenário laboral. Nas últimas décadas uma das mais importantes transformações tem sido a maior e melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho formal. Além disso, as mulheres tem uma expectativa de vida e sobrevida maior que a dos homens. Certamente esses dois fatores ajudam a explicar a mudança na distribuição da despesa com benefícios previdenciários no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) entre homens e mulheres no período entre 2006 e 2013, de forma que a predominância, que era masculina em 2006, passou a ser das mulheres a partir de 2008. Essa tendência de incremento da participação das mulheres na despesa com benefícios previdenciários do RGPS continuou entre 2008 e 2013.

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise das informações de despesas com benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no período entre 2006 e 2013, fazendo uma comparação entre os valores pagos para homens e mulheres. Foi considerada a despesa com benefícios previdenciários do RGPS, excluída aquela decorrente de sentenças judiciais e da compensação entre o RGPS e os regimes próprios. A análise foi feita considerando a despesa com todos os benefícios e também por algumas espécies, mais especificamente, para os casos de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e invalidez, bem como auxílio-doença e pensão por morte. Nota-se uma clara segmentação por espécie.

2. Análise da Despesa do RGPS com benefícios previdenciários por sexo

De acordo com os dados do Gráfico 1, entre 2006 e 2013, houve um equilíbrio relativo da distribuição da despesa com benefícios entre homens e mulheres. Em 2006, os homens recebiam 51,1% da despesa total com benefícios, mas, já a partir de 2008 ocorre uma inversão, com a maior parte da despesa com benefícios do RGPS indo para mulheres.

Em 2008, 50,3% da despesa foi destinada às mulheres e 49,7% aos homens. Essa tendência de crescimento da participação das mulheres continuou depois de 2008, de tal sorte que, em 2013, 52,1% da despesa foi destinada para às mulheres e 47,9% aos homens.

Em valores absolutos e considerando o valor bruto dos benefícios emitidos na competência de janeiro a dezembro de 2013, a despesa total do RGPS com benefícios previdenciários, excluídas as sentenças judiciais e a compensação do RGPS com os regimes próprios, o pagamento foi de R\$ 180,3 bilhões para as mulheres e R\$ 165,8 bilhões para os homens.

Certamente, esse resultado decorre, entre outros fatores, do aumento e melhoria da inserção das mulheres no mercado de trabalho ao longo das últimas décadas, onde foi observada uma redução das desigualdades de gênero, bem como do fato da maior expectativa de vida e sobrevida das mulheres vis-à-vis os homens.

Em relação à questão da participação no mundo laboral, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) apontam para uma expressiva redução da desigualdade nas taxas de participação ou atividade entre os sexos. Considerando a população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de atividade das mulheres cresceu de um patamar de 52,6%, em 1992, para uma cifra em torno de 55% em 2012, enquanto, no mesmo período, a dos homens caiu de 68,4% para 65,9%. A diferença na taxa de atividade caiu de quase 16 pontos percentuais para 11. A participação das mulheres na população economicamente ativa de 15 anos ou mais de idade cresceu da casa 39,7%, em 1992, para o patamar de 43% em 2012¹.

Ainda conforme dados da PNAD/IBGE, a participação das mulheres no total de empregados com carteira de trabalho assinada cresceu de 31,6%, em 1992, para cerca de 38,4% em 2012. No mesmo período, a participação das mulheres entre os militares e estatutários passou de 53,6% para 58% do total. Como resultado da maior e melhor participação das mulheres no mercado formal de trabalho, a participação do sexo feminino entre os ocupados com contribuição para previdência subiu de cerca de 35% do total, em 1992, para cerca de 43% em 2012.

1 - Os dados de 1992 não consideravam a área rural do Norte e, os de 2012, agregam a área rural do Norte.

Os dados de registros administrativos também apontam para o crescimento da importância relativa das mulheres entre os trabalhadores com pelo menos uma contribuição no ano para o RGPS, que cresceu de 39,8% para 43,9% entre 2003 e 2012, conforme dados do Ministério da Previdência Social.

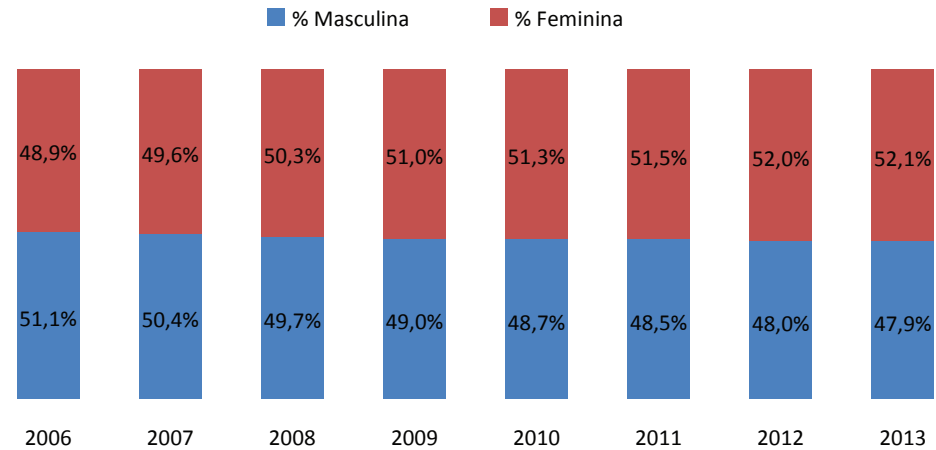


Gráfico 1

Participação Feminina e Masculina no Total de Despesas com Benefícios do RGPS, de 2006 a 2013

*Fonte: Ministério da Previdência Social (MPS) *Estão incluídos apenas benefícios previdenciários do RGPS, sem considerar assistenciais e Encargos Previdenciários da União (EPU).*

No entanto, ao analisar cada benefício separadamente, percebe-se que alguns tipos de benefícios são majoritariamente recebidos por mulheres e outros por homens. As mulheres são maioria nos recebedores de pensão por morte e aposentadoria por idade. Já os homens são maioria nos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição e invalidez, bem como no caso do auxílio-doença. Contudo, como reflexo do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal, o sexo feminino tem aumentado a participação na despesa com benefícios como aposentadoria por tempo de contribuição e auxílio-doença.

No presente artigo, a análise da distribuição do valor pago por sexo é feita para cinco espécies de benefícios: pensão por morte, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez e auxílio-doença. De um modo geral, as diferenças entre homens e mulheres diminuíram, exceto no caso da aposentadoria por idade, em que a diferença se acentuou a favor das mulheres.

A predominância da despesa com as mulheres também ocorre no caso de benefícios assistenciais pagos pelo INSS, sendo que, em 2013, 52,8% da despesa foi destinada às mulheres e 47,2% aos homens, em função da predominância das mulheres nos benefícios de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) voltados para pessoas idosas, já que entre as pessoas com deficiência, a maior parte da despesa é destinada aos homens.

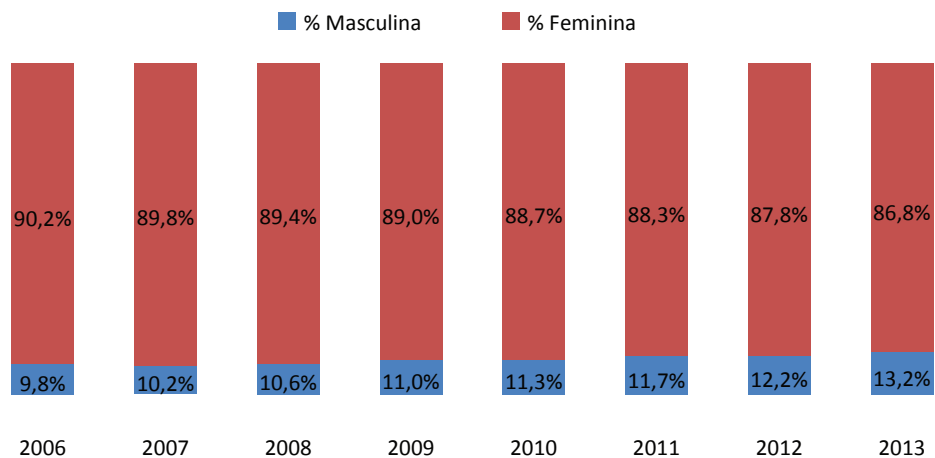
2.1 Pensão Por Morte

A pensão por morte é o benefício previdenciário pago aos dependentes de um segurado da Previdência Social, seja homem ou mulher, após a sua morte. De acordo com o Gráfico 2 a diferença dos valores pagos para homens e mulheres tem diminuído gradualmente ao longo dos anos. Em 2006 as mulheres recebiam 90,2% desses valores e em 2013 a porcentagem caiu para 86,8% (gráfico 2). De qualquer forma, ainda há um predomínio muito grande das mulheres dentro do universo de recebedores de pensão por morte. A título de exemplo, em março de 2014, as mulheres responderam por 85% do total dos benefícios de pensão por morte emitidos, ou seja, da quantidade e não do valor. Em relação à faixa etária das mulheres beneficiadas, em março de 2014, cerca de 68,5% eram de mulheres idosas, ou seja, com 60 anos ou mais de idade.

Gráfico 2

Participação Feminina e Masculina nas Despesas com Pensão por Morte do RGPS, 2006 a 2013

Fonte: MPS.



Alguns fatores podem explicar porque as mulheres são grande maioria no recebimento de pensão por morte. Até 1991, apenas os cônjuges do sexo feminino podiam receber esse benefício. Somente com a publicação da Lei nº 8.213, de 1991, o direito à pensão por morte foi estendido aos homens.

Além disso, há o fato de que as mulheres vivem mais que os homens. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a esperança de vida ao nascer dos homens em 2012 foi de 71 anos, enquanto que a das mulheres foi de 78,3 anos. A expectativa de sobrevida das mulheres também é superior a dos homens para uma mesma idade.

Por fim, existe a questão da participação da mulher no mercado de trabalho, que, apesar de ainda ser inferior a dos homens, aumentou bastante nos últimos anos. Além disso, é claro que o atual estoque também reflete o passado de menor participação das mulheres no mundo laboral.

2.2 Aposentadorias e Aposentadoria por Idade

Para ter direito a aposentadoria por idade, o segurado deve ter pelo menos 180 contribuições mensais (quinze anos), e 60 anos de idade se mulher ou 65 se homem. Para o trabalhador rural, a idade é de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres. Em geral, a aposentadoria por idade é concedida para aqueles que não conseguem tempo suficiente para obter a aposentadoria por tempo de contribuição, devido a uma trajetória laboral mais irregular, bem como entre os beneficiários da área rural.

No total de despesas com aposentadorias do RGPS, que incluem as aposentadorias por idade, por tempo de contribuição e por invalidez, o homem recebe um montante maior de benefícios, como mostra o gráfico 3. Em 2013, 59 % desse valor foi destinado aos homens. Contudo, claramente há uma tendência de aumento da participação das mulheres na despesa total com aposentadorias do RGPS (gráfico 3), que cresceu de 35,7%, em 2006, para 41% em 2013.

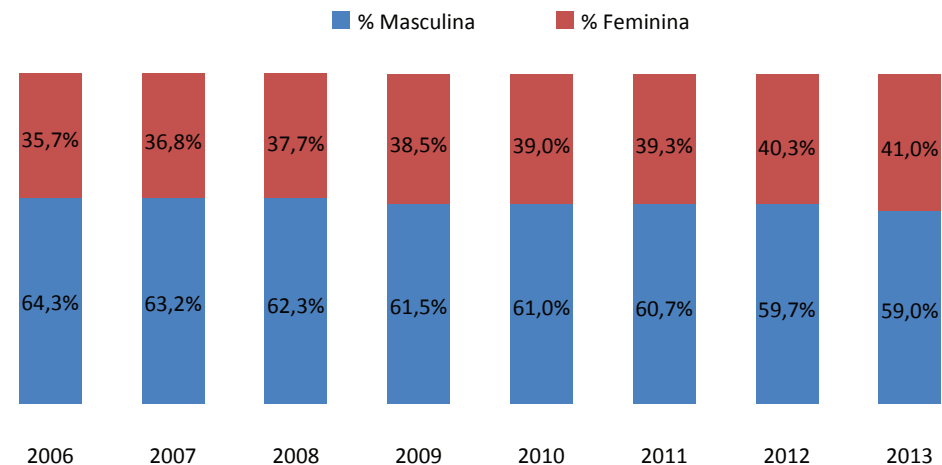


Gráfico 3

Participação Feminina e Masculina nas Despesas com Aposentadoria do RGPS - 2006 a 2013

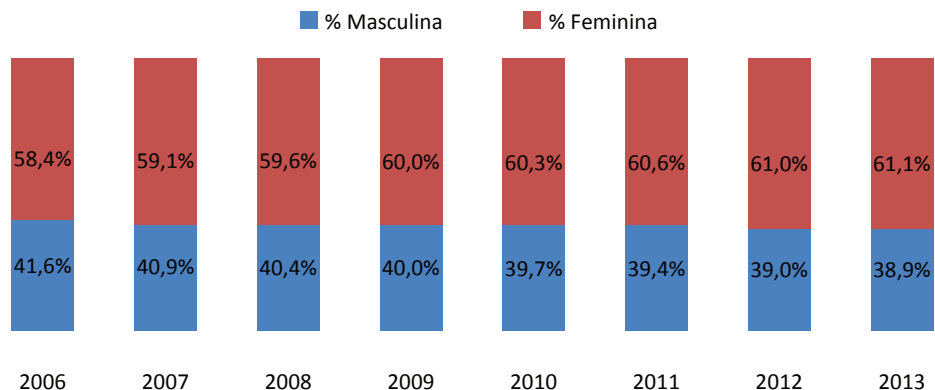
Fonte: MPS.

No entanto, se considerarmos apenas a aposentadoria por idade, a maioria das despesas é destinada às mulheres, conforme mostrado pelo Gráfico 4. Em 2013, cerca de 61% das despesas com aposentadoria por idade foram destinados ao sexo feminino. Esse percentual vem aumentando desde 2006. A participação na despesa é muito similar a observada na quantidade de benefícios, tendo em vista que, em março de 2014, cerca de 62% dos recebedores de aposentadoria por idade eram mulheres.

Gráfico 4

Participação Feminina e Masculina nas Despesas com Aposentadoria por Idade do RGPS - 2006 a 2013.

Fonte: MPS.



2.3. Aposentadoria por Tempo de Contribuição

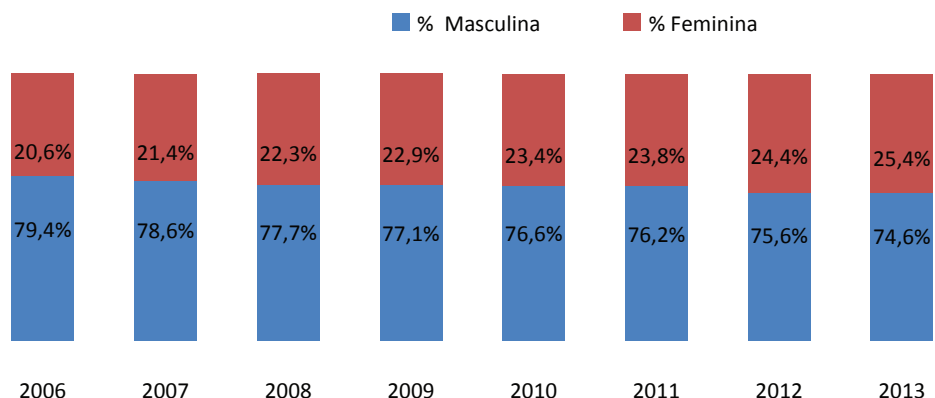
A Aposentadoria por Tempo de Contribuição é concedida a qualquer idade, desde que o homem comprove pelo menos 35 anos de contribuição e, a mulher, 30 anos. Para o cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição é obrigatório a aplicação do Fator Previdenciário.

Conforme se observa no Gráfico 5, a grande maioria dos valores pagos a título de aposentadoria por tempo de contribuição se destina ao sexo masculino (75,68% em 2013), mas a participação das mulheres subiu de 20,6% em 2006 para 25,4% em 2013. Certamente esse incremento deve-se a maior e melhor participação das mulheres no mercado de trabalho formal vis-à-vis os homens. Claro, contudo, que a predominância masculina em termos de despesa e quantidade também reflete um passado onde havia maior desigualdade de gênero no mundo laboral. Em março de 2014, cerca de 70% dos benefícios, em quantidade, eram destinados aos homens.

Gráfico 5

Participação Feminina e Masculina nas Despesas com Aposentadoria por Tempo de Contribuição do RGPS - 2006 a 2013.

Fonte: MPS.



2.4. Aposentadoria por Invalidez

Em 2013, do total de despesas com aposentadoria por invalidez, a maior parte foi destinada aos homens, com participação de 35,5% do total, como pode ser visto no gráfico 6. Entretanto, em que pese a predominância masculina, nota-se um aumento da participação das mulheres na despesa total com aposentadoria por invalidez, possivelmente como reflexo da maior e melhor participação das mulheres no mercado de trabalho.

Do ponto de vista da quantidade, em março de 2014, cerca de 58% dos recebedores dessa espécie de benefício eram homens. Certamente um dos fatores que explica a predominância dos homens é a segregação ocupacional no mercado de trabalho, com os homens sendo maioria em setores com maior risco ou probabilidade de invalidez como, por exemplo, construção civil, portos e outros.

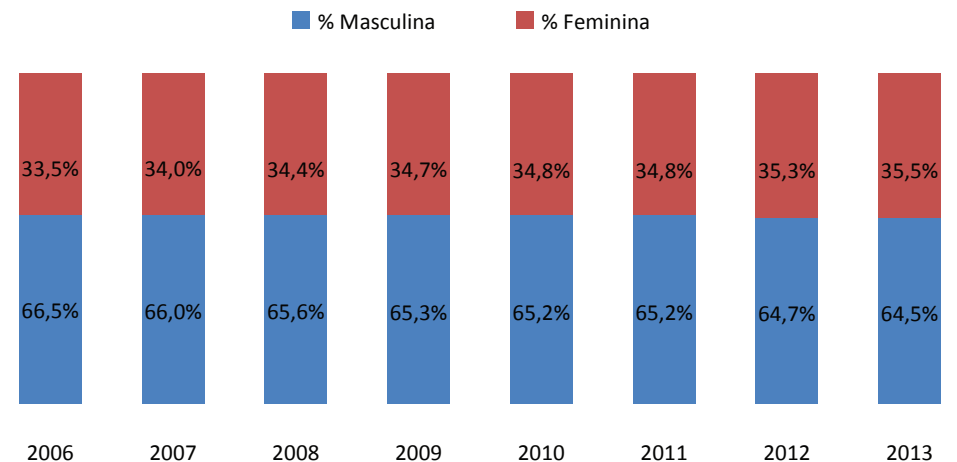


Gráfico 6

Participação Feminina e Masculina nas Despesas com Aposentadoria por Invalidez do RGPS - 2006 a 2013.

Fonte: MPS.

2.5. Auxílio-Doença

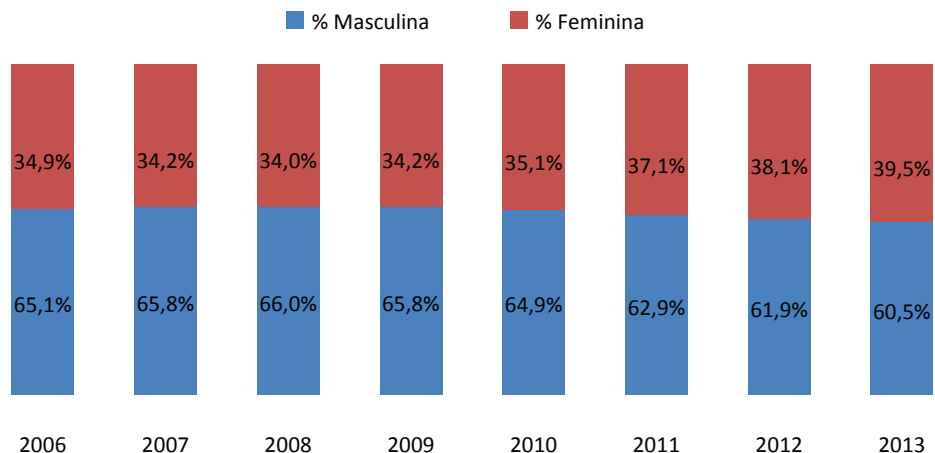
O auxílio-doença é um benefício que o segurado tem direito a receber mensalmente quando for considerado, pela perícia médica do INSS, incapacitado temporariamente para exercer suas atividades, seja por motivo de acidente ou doença. Assim como na aposentadoria por invalidez, a maioria das despesas ocorre com os homens, como se pode observar no gráfico abaixo (Gráfico 7). Em 2013, 60,5% da despesa com auxílio-doença foi destinada aos homens. Contudo, como pode ser visto no gráfico 7, no período de 2007 a 2013 houve aumento da participação das mulheres na despesa total que passou de 34,9%, em 2006, para 39,5% em 2013. Certamente, um dos fatores que explica o incremento da participação das mulheres é a mudança no cenário laboral, que tem levado a um incremento da participação das mulheres entre os segurados do RGPS.

Do ponto de vista de quantidade, em março de 2014, cerca de 57% dos recebedores dessa espécie de benefício eram homens e 43% eram mulheres.

Gráfico 7

Participação Feminina e Masculina nas Despesas com Auxílio-Doença do Regime Geral de Previdência Social, segundo sexo - 2006 a 2013.*

Fonte: MPS.
* Benefícios Previdenciários e Acidentários.



3. Considerações Finais

Apesar haver certo equilíbrio no total de despesas com benefícios do RGPS, existe uma profunda diferença entre as despesas com homens e mulheres de acordo com os tipos de benefícios. Enquanto as mulheres recebem quase 90% das pensões por morte, os homens recebem a maior parte dos valores de aposentadorias por tempo de contribuição, invalidez e auxílio doença.

Na análise do período de 2006 a 2013, verifica-se que as diferenças vão se reduzindo ao longo dos anos na maioria dos casos. Isso é reflexo das mudanças no mercado de trabalho, no qual as mulheres passam a ter papel cada vez mais ativo. Assim, deixam, aos poucos, de serem beneficiárias da previdência social apenas como dependentes. De um modo geral, nota-se um aumento da participação da despesa com as mulheres, tanto pelas mudanças no cenário laboral, como também pelo fato do sexo feminino ter maior expectativa de vida e sobrevida que os homens. Esses resultados também mostram que questões demográficas e de mercado de trabalho afetam a Previdência Social.

Receitas e Despesas



Saldo Previdenciário e Arrecadação



NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (INPC DE FEV/2014)

No mês (fevereiro/2014)	R\$ 2,58 bilhões
Acumulado em 2014	R\$ 7,20 bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 48,93 bilhões

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

Resultado das Áreas Urbana e Rural



Em fevereiro de 2014, a arrecadação líquida urbana, incluída a arrecadação COMPREV, foi de R\$ 24,8 bilhões, crescimento de 9,6% (+R\$ 2,2 bilhões) em relação a fevereiro de 2013 e de 2,5% (+R\$ 613,9 milhões) frente a janeiro de 2014. A arrecadação líquida rural foi de R\$ 472,2 milhões, aumento de 10,5% (+R\$ 45,0 milhões) em relação ao mesmo mês de 2013, e de 3,9% (+R\$ 17,6 milhões) quando comparado a janeiro de 2014, conforme se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1

Evolução: Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2013 e 2014) – Resultado de Fevereiro – em R\$ milhões de Fev/2014 – INPC

	FEV-13 (A)	JAN-14 (B)	FEV-14 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A FEV)		VAR. %
						2013	2014	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	23.095,7	24.686,8	25.318,4	2,6	9,6	45.777,1	50.005,2	9,2
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	22.668,5	23.257,5	23.861,5	2,6	5,3	44.904,7	49.076,1	9,3
1.2 Arrecadação Líquida Rural	4271	454,5	472,2	3,9	10,5	872,2	926,7	6,2
1.3 Comprev	0,1	0,2	0,2	4,5	192,6	0,1	0,5	294,0
1.4 Compensação Desoneração da Folha de Pagamento	-	974,6	984,5	1,0	-	-	2,0	-
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)	26.743,2	29.311,5	27.898,6	(4,8)	4,3	55.966,8	57.210,1	2,2
2.1 Benefícios Previdenciários	26.391,0	27.884,8	27.730,7	(0,6)	5,1	54.832,3	55.615,5	1,4
2.1.1 Urbano	20.653,5	21.518,4	21.819,2	1,4	5,6	42.351,4	43.337,6	2,3
2.1.2 Rural	5.737,6	6.366,4	5.911,5	(7,1)	3,0	12.480,9	12.277,9	(1,6)
2.2 Passivo Judicial	245,1	1.289,1	16,6	(98,7)	(93,2)	924,8	1.305,7	41,2
2.2.1 Urbano	191,8	994,8	13,1	(98,7)	(93,2)	710,4	1.007,9	41,9
2.2.2 Rural	53,3	294,3	3,5	(98,8)	(93,4)	214,4	297,9	38,9
2.3 Comprev	107,1	137,6	151,3	10,0	41,3	209,6	288,9	37,8
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(3.647,5)	(4.624,7)	(2.580,2)	(44,2)	(29,3)	(10.189,7)	(7.204,9)	(29,3)
3.1 Urbano (1.1 + 1.3 + 1.4 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	1.716,2	1.581,5	2.862,6	81,0	66,8	1.633,4	4.442,2	172,0
3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2)	(5.363,7)	(6.206,2)	(5.442,9)	(12,3)	1,5	(11.823,2)	(11.649,0)	(1,5)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPSPS/MPS

A despesa com pagamento de benefícios urbano, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, foi de R\$ 22,0 bilhões, em fevereiro de 2014, queda de 2,9% (-R\$ 667,2 milhões) em relação a janeiro de 2014 e aumento de 4,9% (+R\$ 1,0 bilhão), entre fevereiro de 2014 e o mês correspondente de 2013. A despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 5,9 bilhões em fevereiro de 2014, queda de 11,2% (-R\$ 745,7 milhões), frente a janeiro de 2014 e aumento de 2,1% (+R\$ 142,2 milhões), quando comparado ao mês correspondente de 2013.

Em fevereiro de 2014, a clientela urbana registrou superávit de R\$ 2,9 bilhões. Já a clientela rural apresentou necessidade de financiamento de R\$ 5,4 bilhões, queda de 12,3% (-R\$ 763,3 bilhão), em relação a janeiro de 2014, e aumento de 1,5% (+R\$ 79,2 milhões), quando comparado a fevereiro de 2013.

De janeiro a fevereiro de 2014, a arrecadação líquida na área urbana, incluída a arrecadação Comprev, somou R\$ 49,1 bilhões, aumento de 9,3% (+R\$ 4,2 bilhões), e a rural R\$ 926,7 milhões, crescimento de 6,2% (+R\$ 54,5 milhões). A despesa com benefícios previdenciários urbanos, incluída as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, totalizou R\$ 44,6 bilhões e R\$ 12,6 bilhões para a clientela rural, incluída as sentenças judiciais rurais. No acumulado de 2014, o meio urbano somou um superávit de R\$ 4,4 bilhões, aumento de 172,1% (+R\$ 2,8 bilhões), em relação ao mesmo período de 2013. Já no meio rural, a necessidade de financiamento foi de R\$ 11,6 bilhões, 1,5% (-R\$ 174,1 milhões) menor que o valor registrado no mesmo período de 2013. Esse baixo valor de arrecadação, quando comparado ao pagamento de benefícios na área rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

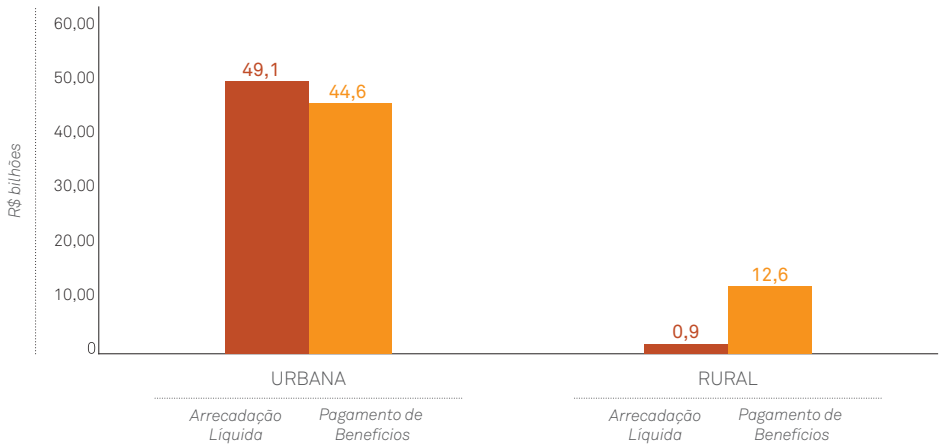


Gráfico 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até Fevereiro - R\$ bilhões de Fev/2014 - INPC

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS; Informar/ DATAPREV. Elaboração: SPPS/MPS

RESULTADO EM CONJUNTO DAS ÁREAS URBANA E RURAL

A arrecadação líquida da Previdência Social, em fevereiro de 2014, foi de R\$ 25,3 bilhões, aumento de 2,6% (+R\$ 631,5 milhões) frente a janeiro de 2014 e de 9,6% (+R\$ 2,2 bilhões), quando comparado ao mesmo período de 2013. As despesas com benefícios previdenciários alcançaram o montante de R\$ 27,9 bilhões, queda de 4,8% (-R\$ 1,4 bilhão) em relação a janeiro de 2014 e aumento de 4,3% (+R\$ 1,2 bilhão), entre fevereiro de 2014 e o mês correspondente de 2013, o que resultou na necessidade de financiamento de R\$ 2,6 bilhões, 44,2% (-R\$ 2,0 bilhões) a menos que a necessidade de financiamento registrada em janeiro de 2014 e de 29,3% (-R\$ 1,1 bilhão) em relação a fevereiro de 2013, conforme se pode ver na Tabela 2.

Tabela 2

**Arrecadação Líquida,
Benefícios Previdenciários
e Saldo Previdenciário
– Fev/2013, Jan/2014 e
Fev/2014 – Valores em R\$
milhões de Fev/2014 – INPC**

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPSS/MPs

Obs. Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada por meio do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS

(1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.

(2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.

(3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.

(4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.

(5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.

(6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.

(7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.

(8) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS por meio do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(9) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.

(10) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.

(11) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(12) Débitos quitados por meio de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(13) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.

(14) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação.

(15) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagos pelo INSS.

	FEV-13 (A)	JAN-14 (B)	FEV-14 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A FEV)		VAR. %
						2013	2014	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	23.095,7	24.686,8	25.318,4	2,6	9,6	45.777,1	50.005,2	9,2
1.1. Receitas Correntes	24.656,1	27.399,5	26.142,4	(4,6)	6,0	50.550,9	53.541,8	5,9
Pessoa Física (1)	885,2	946,6	945,6	(0,1)	6,8	1.784,3	1.892,2	6,0
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	1.095,3	1.203,4	1.206,2	0,2	10,1	2.230,7	2.409,6	8,0
SIMPLES - Repasse STN (3)	1.984,8	2.776,9	2.263,9	(18,5)	14,1	4.462,0	5.040,8	13,0
Empresas em Geral	15.278,4	15.766,9	15.312,9	(2,9)	0,2	31.173,0	31.079,8	(0,3)
Setores Desonerados - DARF	724,3	1.281,7	1.322,0	3,1	82,5	1.230,8	2.603,7	111,5
Entidades Filantrópicas (4)	197,0	198,8	213,5	7,4	8,4	371,2	412,3	11,1
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.540,4	1.776,3	1.915,3	7,8	24,3	2.711,7	3.691,7	36,1
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	624,4	590,9	557,5	(5,7)	(10,7)	1.289,9	1.148,4	(11,0)
Clubes de Futebol	11,0	7,3	12,6	72,0	15,1	21,9	19,9	(9,1)
Comercialização da Produção Rural (7)	261,9	265,6	290,3	9,3	10,8	501,6	555,9	10,8
Retenção (11%)	1.833,1	2.321,9	1.832,9	(21,1)	(0,0)	4.068,0	4.154,8	2,1
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (8)	7,4	0,0	0,0	-	(100,0)	28,9	0,0	(100,0)
Reclamatória Trabalhista	196,0	216,6	232,1	7,2	18,4	397,9	448,8	12,8
Outras Receitas	16,9	46,5	37,4	(19,6)	120,8	279,0	83,9	(69,9)
1.2. Recuperação de Créditos	1.093,1	1.032,8	966,7	(6,4)	(11,6)	2.239,0	1.999,6	(10,7)
Arrecadação / Compreov / Dec.6.900/09	0,1	0,2	0,2	4,5	192,6	0,1	0,5	294,0
Arrecadação / Lei 11.941/09	311,5	290,6	299,2	3,0	(4,0)	623,8	589,8	(5,5)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (9)	9,2	7,3	7,5	3,5	(18,6)	19,0	14,8	(22,2)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (10)	3,7	4,3	6,3	47,6	68,2	3,9	10,5	167,5
Depósitos Judiciais - Repasse STN (11)	195,3	113,8	143,2	25,8	(26,7)	298,4	256,9	(13,9)
Débitos (12)	44,7	52,9	58,4	10,5	30,8	107,6	111,3	3,5
Parcelamentos Convencionais (13)	528,6	563,9	451,9	(19,9)	(14,5)	1.186,2	1.015,8	(14,4)
1.3. Restituições de Contribuições (14)	(13,5)	(10,8)	(34,8)	221,3	158,2	(21,9)	(45,6)	108,0
1.4. Transferências a Terceiros	(2.640,1)	(4.709,2)	(2.740,4)	(41,8)	3,8	(6.990,9)	(7.449,6)	6,6
1.5. Compensação da Desoneração - STN	0,0	974,6	984,5	1,0	-	0,0	1.959,0	-
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	26.743,2	29.311,5	27.898,6	(4,8)	4,3	55.966,8	57.210,1	2,2
Pagos pelo INSS	26.498,1	28.022,4	27.882,0	(0,5)	5,2	55.042,0	55.904,4	1,6
Sentenças Judiciais - TRF (15)	245,1	1.289,1	16,6	(98,7)	(93,2)	924,8	1.305,7	41,2
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(3.647,5)	(4.624,7)	(2.580,2)	(44,2)	(29,3)	(10.189,7)	(7.204,9)	(29,3)

No acumulado do primeiro bimestre de 2014, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários chegaram, respectivamente, a R\$ 50,0 bilhões e R\$ 57,2 bilhões, resultando na necessidade de financiamento de R\$ 7,2 bilhões. Comparando com o mesmo período de 2013, a arrecadação líquida cresceu 9,2% (+R\$ 4,2 bilhões) e as despesas com benefícios previdenciários 2,2% (+R\$ 1,2 bilhão). A necessidade de financiamento teve queda de 29,3% (-R\$ 3,0 bilhões).

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2014, os principais são: (i) o crescimento do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS a partir de janeiro de 2014, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste concedido ao salário mínimo, em janeiro de 2014, que em fevereiro determinou o valor recebido por 67,3% dos beneficiários da Previdência Social; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em janeiro de 2014, com base no INPC do período de janeiro a dezembro de 2013.

Receitas Correntes e Mercado de Trabalho

As receitas correntes foram de R\$ 26,1 bilhões, em fevereiro de 2014, aumento de 6,0% (+R\$ 1,5 bilhão), frente ao mês de fevereiro de 2013, e queda de R\$ 4,6% (-R\$ 1,3 bilhão), quando comparado a janeiro de 2014. As rubricas Empresas em Geral, Retenção e as empresas optantes pelo SIMPLES – Repasse STN apresentaram redução, respectivamente, de 2,9% (-R\$ 453,9), 21,1% (-R\$ 489,1) e 18,5% (-R\$ 513,0), entre fevereiro e janeiro de 2014. Essas quedas são explicadas, basicamente, por pequenas oscilações no mercado de trabalho, que diminuem em função da dispensa do emprego temporário, que ocorre durante as festividades de fim de ano.

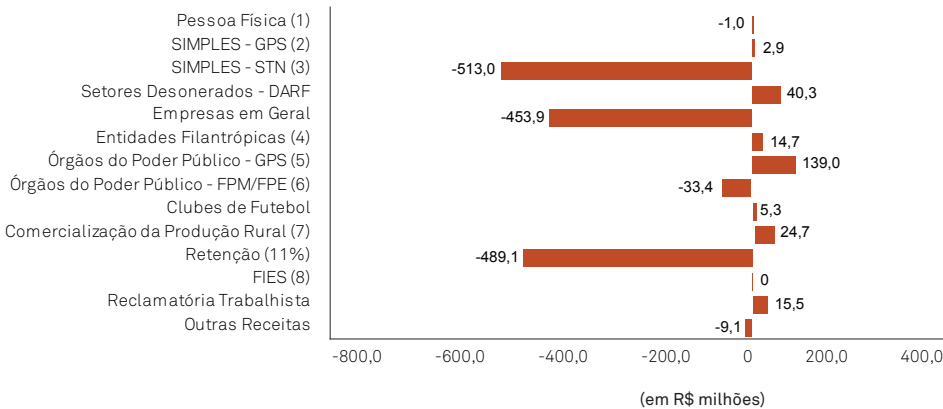


Gráfico 2

Variação das Receitas Correntes (fevereiro) de 2014 em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Fevereiro/2014 (INPC)

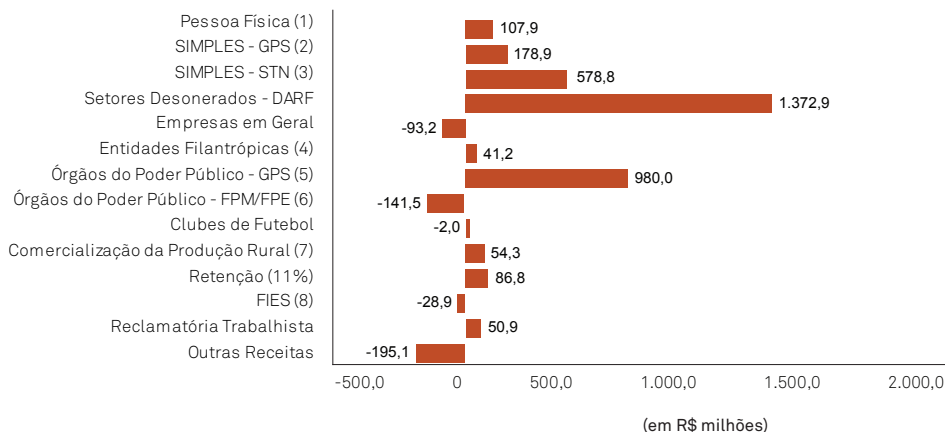
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SP/PS/MPS.

No acumulado do primeiro bimestre de 2014 as receitas correntes somaram R\$ 53,5 bilhões, 5,9% (+R\$ 3,0 bilhões) maior que o registrado no mesmo período de 2013. Cabe destacar as rubricas optantes pelo SIMPLES, inclusive a contribuição dos empregados, que aumentaram 11,3% (+R\$ 757,7 milhões), os setores desonerados, crescimento de 111,5% (+R\$ 1,4 bilhão) e a Retenção (11%), com aumento de 2,1% (+R\$ 86,8 milhões). Já a rubrica Empresas em Geral sofreu ligeira redução de 0,3% (-R\$ 93,2 milhões), conforme se pode ver no Gráfico 3.

Gráfico 3

Varição das Receitas Correntes (Janeiro a Fevereiro) de 2014 em relação a 2013 - Em R\$ milhões de Fevereiro/2014 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPSS/MPS.



De acordo com a análise desenvolvida, é possível deduzir que, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho para o mês de janeiro de 2014.



Mercado de Trabalho (Janeiro 2014)

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, em janeiro de 2014, foram gerados 29.595 empregos formais, equivalente ao crescimento de 0,07% em relação ao estoque de empregos do mês anterior. Esse resultado é ligeiramente superior ao ocorrido em janeiro de 2013 (+28.900 empregos), porém constitui o sexto mês consecutivo com desempenho mais favorável, comparativamente ao mesmo período do ano de 2013. O saldo de janeiro foi oriundo de 1.778.077 admissões e de 1.748.482 desligamentos, ambos representando o segundo maior resultado para o período. Nos últimos 12 meses, verificaram-se a criação de 1.045.848 postos de trabalho, ou expansão de 2,64% no contingente de empregados celetistas do País. Em termos setoriais, com exceção do Comércio, que por motivos sazonais registrou queda de 78.118 postos de trabalho todos os demais setores elevaram o nível de emprego, com destaque para a Indústria de Transformação (+ 38.516 postos), a Construção Civil (+ 38.058 postos) e os Serviços (+24.681 postos). A Indústria de Transformação embora tenha apresentado resultado inferior a janeiro do ano anterior (+ 43.370 postos), registrou um desempenho acima da média do saldo de janeiro dos últimos onze anos (+ 32.814 postos). A Construção Civil mostrou uma reação tanto no que se refere ao comportamento do emprego no mesmo mês do ano anterior (+ 33.421 postos), quanto com relação à média do setor (+23.855 postos). O setor Serviços assinalou um saldo superior ao mesmo período do ano anterior (+ 14.746 postos). De forma semelhante, a Agricultura (+ 3.745 postos) também mostrou uma reação frente à queda ocorrida em janeiro de 2013 (-622 postos). Cumpre ressaltar o desempenho da Administração Pública (+1.193 postos ou +0,13 %), que registrou o terceiro maior saldo para o período e o melhor resultado dos últimos cinco anos. O emprego no conjunto das nove Áreas Metropolitanas registrou queda de 0,12% em janeiro de 2014, ou a perda de 19.913 postos de trabalho. No Interior desses aglomerados urbanos, o emprego cresceu 0,19% (+27.202 postos de trabalho), resultado mais favorável que o registrado para o conjunto das Áreas Metropolitanas.

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME, apurada em janeiro de 2014, o número de pessoas com 10 anos ou mais de idade (consideradas em idade ativa), para o conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é investigada, foi estimado em 43,0 milhões. Esta estimativa não registrou variação quando comparada com dezembro de 2013. Frente a janeiro do ano passado este contingente aumentou 1,1%. O contingente de pessoas ocupadas em janeiro de 2014, foi estimado em 23,1 milhões para o conjunto das seis regiões, indicando declínio de 0,9% em relação a dezembro último. Na comparação com janeiro do ano passado esse contingente ficou estável. O nível da ocupação

(proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) foi estimado em janeiro de 2014 em 53,7% para o total das seis regiões investigadas, representando redução de 0,5 ponto percentual em relação ao mês anterior. No confronto com janeiro de 2013 (54,4%), esse indicador reduziu 0,7 ponto percentual. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, no mês de janeiro de 2014, foi estimado em 11,8 milhões no conjunto das seis regiões pesquisadas. Este resultado não variou frente a dezembro último e também quando comparado com janeiro de 2013. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores foi estimado para o conjunto das seis regiões pesquisadas, no mês de janeiro de 2014, em R\$ 1.983,80. Este resultado foi considerado estável em relação a dezembro e 3,6% acima do registrado em janeiro de 2013 (R\$ 1.915,63). A massa de rendimento médio real habitual dos ocupados foi estimada em 46,2 bilhões em janeiro de 2014, caiu 1,0% em relação a dezembro. Na comparação com janeiro do ano passado esta estimativa aumentou 3,3%.

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário – PIMES /IBGE, em janeiro de 2014, o total do pessoal ocupado assalariado na indústria (0,0%) repetiu o patamar do mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, após apontar variações negativas de 0,1% em novembro e de 0,4% em dezembro. Com esses resultados, o índice de média móvel trimestral assinalou variação negativa de 0,2% no trimestre encerrado em janeiro de 2014 frente ao nível do mês anterior e permaneceu com a trajetória descendente iniciada em abril último. Na comparação com igual mês do ano anterior, o emprego industrial mostrou queda de 2,0%% em janeiro de 2014, vigésimo oitavo resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto e o mais intenso desde dezembro de 2009 (-2,4%). A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, ao recuar 1,2% em janeiro de 2014, apontou perda ligeiramente mais elevada que as observadas nos meses de novembro e dezembro (ambas com -1,1%). Setorialmente, ainda no índice mensal de janeiro de 2014, o total do pessoal ocupado assalariado recuou em quatorze dos dezoito ramos pesquisados, com destaque para as pressões negativas vindas de máquinas e equipamentos (-5,6%), produtos de metal (-6,0%), calçados e couro (-6,6%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-4,8%), produtos têxteis (-5,8%), meios de transporte (-1,8%), outros produtos da indústria de transformação (-2,6%) e refino de petróleo e produção de álcool (-5,8%). Por outro lado, o principal impacto positivo sobre a média da indústria foi observado no setor de alimentos e bebidas (1,2%). Em janeiro de 2014, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente recuou 0,5% frente ao mês imediatamente anterior, após assinalar crescimento de 2,7% em novembro e ficar estável em dezembro (0,0%). Vale destacar que nesse mês verifica-se a influência negativa da indústria de transformação (-0,2%), já que o setor extrativo avançou 2,0%. Ainda na série com ajuste sazonal, o índice de média móvel trimestral para o total da indústria assinalou variação positiva de 0,7% na passagem dos trimestres encerrados em dezembro de 2013 e janeiro de 2014 e manteve a trajetória ascendente iniciada em outubro último.

Os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria – CNI, mostram que após queda da atividade no fim do ano passado – quando o faturamento diminuiu 1,5% –, a indústria apresentou desempenho positivo no início de 2014. Todos os indicadores de janeiro registraram crescimento na comparação com dezembro. O faturamento real foi aquele que mostrou a maior variação, com alta de 1,6% na passagem de dezembro para janeiro – feitos os ajustes sazonais. As horas trabalhadas na produção e a utilização da capacidade instalada (UCI) cresceram 1,4% e 0,6 ponto percentual, respectivamente, na mesma base de comparação. No entanto, quando confrontados com os valores de janeiro de 2013, esses dois indicadores apresentam queda: horas trabalhadas de 0,9% e UCI de 0,7 p.p.. Com a atividade mais aquecida no início de 2014, o emprego industrial aumentou o ritmo de crescimento. Em outubro, novembro e dezembro do ano passado esse indicador (dessazonalizado) havia se expandido 0,1% em cada mês. Agora, em janeiro, o emprego subiu 0,3% na comparação com o mês anterior. A massa salarial real e o rendimento médio real também responderam à atividade mais aquecida em janeiro. A massa salarial cresceu 0,9%, enquanto o rendimento subiu 1,1% – em ambos os casos na comparação com dezembro após ajuste sazonal. O faturamento real dessazonalizado subiu 1,6% em janeiro frente a dezembro, e recompôs a queda ocorrida no último mês. Apesar do crescimento, o indicador está 3,1% abaixo do pico de agosto de 2013. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o faturamento mostrou expansão em janeiro (2,4%). O emprego dessazonalizado cresceu 0,3% em janeiro frente a dezembro. Esse é o quinto avanço consecutivo do indicador, que havia subido com menos intensidade nos três meses anteriores (0,1%). Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o emprego aumentou 1,5% em janeiro. O rendimento médio real dessazonalizado se expandiu 1,1% em janeiro. Essa é a variação mensal (considerando os ajustes sazonais) mais intensa desde fevereiro de 2012. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o rendimento médio real subiu 5,1%.

Nos últimos 18 meses, a arrecadação de Empresas em Geral vem apresentando uma tendência de aumento, conforme pode ser visto no Gráfico 4, fruto da recuperação do mercado de trabalho nesse período.

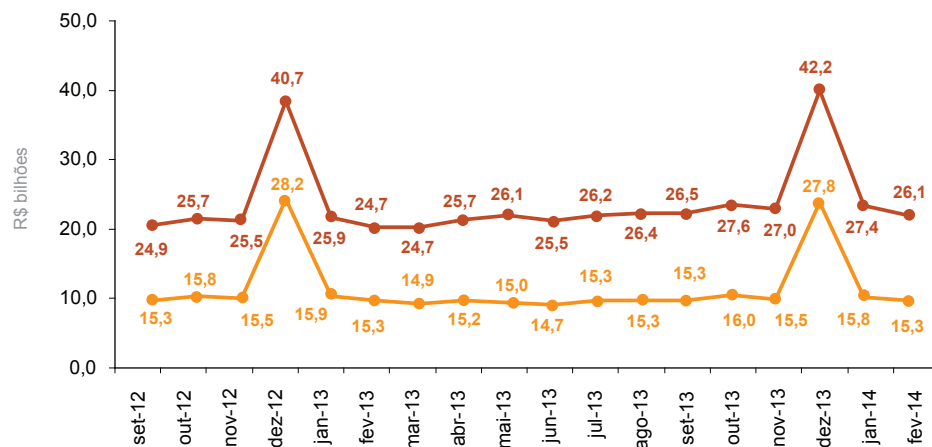
Gráfico 4

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses – Em R\$ bilhões de Fevereiro/2014 - INPC

Legendas

- Empresas em Geral
- Receitas Correntes

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS



Receitas Oriundas de Medidas de Recuperação de Créditos

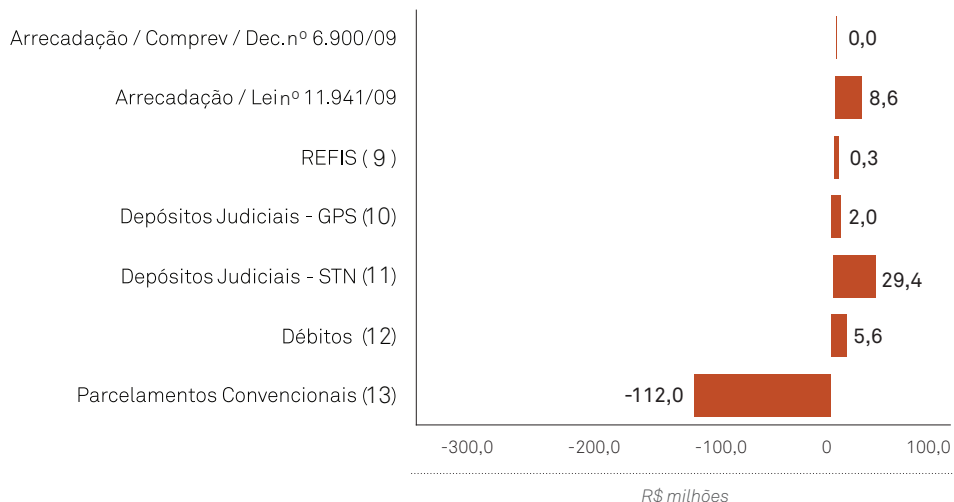


Em fevereiro de 2014, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 966,7 milhões, queda de 6,4% (-R\$ 66,1 milhões), em relação a janeiro de 2014, e de 11,6% (-R\$ 126,4 milhões), frente a fevereiro de 2013. Entre fevereiro de 2014 e o mês anterior, a rubrica Parcelamentos Convencionais registrou queda de 19,9% (-R\$ 112,0 milhões). Já Depósitos Judiciais Recolhimentos em GPS e Repasse STN, tiveram juntas crescimento de 26,6% (+R\$ 31,4 milhões), conforme se pode observar no Gráfico 5.

Gráfico 5

Varição das Receitas de Recuperação de Créditos (Fevereiro/2014) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Fevereiro/2014 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS



No acumulado de janeiro a fevereiro de 2014, as receitas originadas de recuperação registraram o montante de R\$ 2,0 bilhões, queda de 10,7% (-R\$ 239,4 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. A rubrica Depósitos Judiciais – Recolhimento em GPS apresentou desempenho positivo de 167,5% (+R\$ 6,6 milhões), entre o acumulado do primeiro bimestre 2014 e o período correspondente de 2013. Com relação ao desempenho negativo, nessa mesma comparação, destacam-se as rubricas Arrecadação / Lei 11.941/09, que diminuiu 5,5% (-R\$ 34,0 milhões), e Parcelamentos Convencionais, com queda de 14,4% (-R\$ 170,4 milhões), conforme pode ser visto no Gráfico 6.

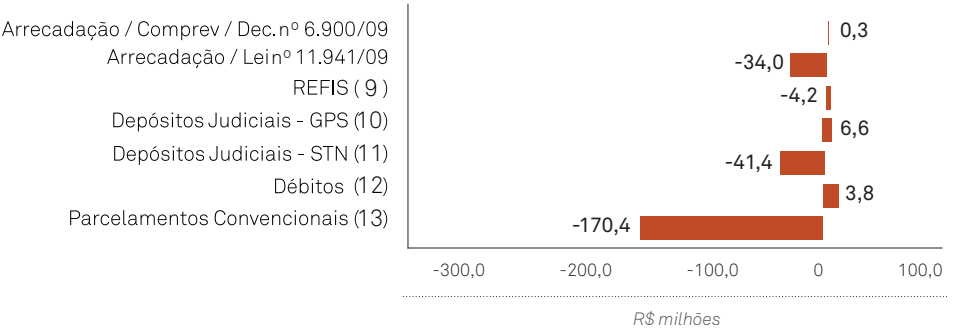


Gráfico 6
Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Janeiro a Fevereiro) de 2014 em relação a 2013 - Em R\$ milhões de Fevereiro/2014 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

Benefícios Emitidos e Concedidos



Em fevereiro de 2014, a quantidade de benefícios emitidos foi de 31,2 milhões de benefícios, aumento de 3,5% (+1,1 milhão de benefícios) frente ao mesmo mês de 2013. Nessa mesma comparação, os Benefícios Assistenciais tiveram o maior percentual de aumento, de 4,2% (+167,2 mil benefícios), seguido dos Benefícios Previdenciários, que cresceu 3,5% (+883,3 mil benefícios) e os Benefícios Acidentários, com aumento de 1,6% (+13,7 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 3.

	FEV-13 (A)	JAN-14 (B)	FEV-14 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)
TOTAL	30.126.007	31.173.573	31.189.374	0,1	3,5
PREVIDENCIÁRIOS	25.250.174	26.120.009	26.133.455	0,1	3,5
Aposentadorias	16.802.581	17.379.187	17.410.973	0,2	3,6
Idade	8.844.448	9.181.675	9.201.246	0,2	4,0
Invalidez	3.069.341	3.124.767	3.126.174	0,0	1,9
Tempo de contribuição	4.888.792	5.072.745	5.083.553	0,2	4,0
Pensão por morte	6.999.332	7.164.676	7.173.858	0,1	2,5
Auxílio-doença	1.293.094	1.406.361	1.380.462	(1,8)	6,8
Salário-maternidade	76.168	79.308	77.056	(2,8)	1,2
Outros	78.999	90.477	91.106	0,7	15,3
ACIDENTÁRIOS	833.340	851.000	847.046	(0,5)	1,6
Aposentadorias	182.403	189.617	190.041	0,2	4,2
Pensão por morte	122.040	120.416	120.200	(0,2)	(1,5)

Tabela 3
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Fev/2013, Jan/2014 e Fev/2014)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

Tabela 3 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Fev/2013, Jan/2014 e Fev/2014)

*Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SP/PS/MPS*

	FEV-13 (A)	JAN-14 (B)	FEV-14 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)
Auxílio-doença	167.822	174.456	170.067	(2,5)	1,3
Auxílio-acidente	298.140	304.853	305.373	0,2	3,1
Auxílio-suplementar	64.935	61.658	61.365	(0,5)	(5,5)
ASSISTENCIAIS	4.017.717	4.178.519	4.184.928	0,2	4,2
Amparos Assistenciais - LOAS	3.794.546	3.978.478	3.987.057	0,2	5,1
Idoso	1.758.906	1.827.650	1.830.476	0,2	4,1
Portador de deficiência	2.035.640	2.150.828	2.156.581	0,3	5,9
Pensões mensais vitalícias	-	-	-	-	-
Rendas mensais vitalícias	223.171	200.041	197.871	(1,1)	(11,3)
Idade	48.516	40.597	39.888	(1,7)	(17,8)
Invalidez	174.655	159.444	157.983	(0,9)	(9,5)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	24.776	24.045	23.945	(0,4)	(3,4)

Entre o primeiro bimestre de 2014 e o período correspondente de 2013, cabe destacar as aposentadorias por tempo de contribuição, que cresceram 4,0% (+194,8 mil aposentadorias), as aposentadorias por idade, aumento de 4,0% (+356,8 mil aposentadorias), as pensões por morte, com elevação de 2,5% (+174,5 mil benefícios) e o auxílio-doença, que subiu 6,8% (+87,4 mil benefícios).

Da quantidade média de 31,2 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a fevereiro de 2014, 57,7% (18,0 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 28,8% (9,0 milhões) a beneficiários da área rural e 13,5% (4,2 milhões) aos assistenciais (Gráfico 7). De 2006 a 2014, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 28,6% no meio urbano, de 26,8% no meio rural e de 50,0% nos assistenciais.

Gráfico 7

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2006 a 2014) - Em milhões de benefícios - Média de Janeiro a Fevereiro

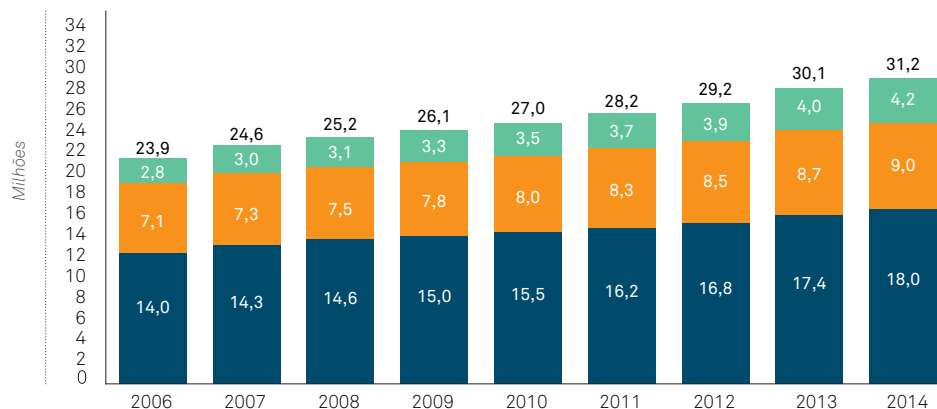
Legenda

Urbano 

Rural 

Assistencial 

*Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SP/PS/MPS*



O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 961,17, média de janeiro a fevereiro de 2014, elevação de 1,2% em relação ao mesmo período de 2013. Entre o acumulado de janeiro a fevereiro de 2014 e período correspondente de 2007, o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 20,8% (Gráfico 8).

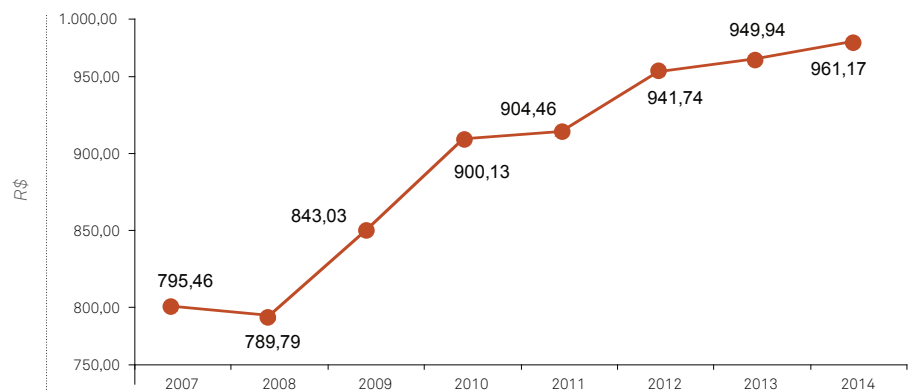


Gráfico 8

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (Média de Janeiro a Fevereiro de cada ano) - 2007 a 2014 - em R\$ de Fev/2014 (INPC)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

Em fevereiro de 2014, foram concedidos 440,9 mil novos benefícios, aumento de 16,9% (+63,8 mil benefícios) em relação ao mês anterior e de 21,4% (+77,7 mil benefícios), quando comparado com fevereiro de 2013. Todos os grandes grupos de benefícios apresentaram elevação, entre fevereiro de 2014 e o mês anterior. Os Benefícios Previdenciários aumentaram 16,7% (+54,8 mil benefícios), os Acidentários 11,2% (+2,7 mil benefícios) e os Assistenciais 26,0% (+6,3 mil benefícios), nessa mesma comparação, conforme pode ser visto na Tabela 4.

	FEV-13 (A)	JAN-14 (B)	FEV-14 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN. A FEV		VAR. %
						2013	2014	
TOTAL	363.277	377.155	440.939	16,9	21,4	746.304	818.094	9,6
PREVIDENCIÁRIOS	315.093	328.671	383.457	16,7	21,7	648.012	712.128	9,9
Aposentadorias	79.790	82.975	97.011	16,9	21,6	164.292	179.986	9,6
Idade	44.076	47.151	53.507	13,5	21,4	91.864	100.658	9,6
Invalidez	14.436	13.815	17.265	25,0	19,6	28.202	31.080	10,2
Tempo de Contribuição	21.278	22.009	26.239	19,2	23,3	44.226	48.248	9,1
Pensão por Morte	29.002	32.924	34.081	3,5	17,5	62.850	67.005	6,6
Auxílio-Doença	161.609	164.800	198.464	20,4	22,8	328.041	363.264	10,7

Tabela 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (Fev/2013, Jan/2014 e Fev/2014 e acumulado de Janeiro a Fevereiro (2013 e 2014)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

	FEV-13 (A)	JAN-14 (B)	FEV-14 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN. A FEV		VAR. %
						2013	2014	
Salário-Maternidade	42.383	45.595	51.073	12,0	20,5	87.995	96.668	9,9
Outros	2.309	2.377	2.828	19,0	22,5	4.834	5.205	7,7
ACIDENTÁRIOS	24.560	24.309	27.034	11,2	10,1	49.733	51.343	3,2
Aposentadorias	905	813	1.010	24,2	11,6	1.667	1.823	9,4
Pensão por Morte	25	26	45	73,1	80,0	61	71	16,4
Auxílio-Doença	22.398	21.761	24.414	12,2	9,0	45.460	46.175	1,6
Auxílio-Acidente	1.225	1.700	1.551	(8,8)	26,6	2.530	3.251	28,5
Auxílio-Suplementar	7	9	14	55,6	100,0	15	23	53,3
ASSISTENCIAIS	23.518	24.124	30.392	26,0	29,2	48.373	54.516	12,7
Amparos Assistenciais - LOAS	23.518	24.124	30.392	26,0	29,2	48.373	54.516	12,7
Idoso	11.105	12.175	13.896	14,1	25,1	23.518	26.071	10,9
Portador de Deficiência	12.413	11.949	16.496	38,1	32,9	24.855	28.445	14,4
Pensões Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendas Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-	-	-	-
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	106	51	56	9,8	(47,2)	186	107	(42,5)

No acumulado de janeiro a fevereiro de 2014, a quantidade de benefícios concedidos foi de 818,1 mil benefícios, crescimento de 9,6% (+71,8 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2013. Todos os grandes grupos apresentaram crescimento, nessa mesma comparação: os Benefícios Previdenciários, de 9,9% (+64,1 mil benefícios), os Benefícios Assistenciais, de 12,7% (+6,1 mil benefícios) e os Benefícios Acidentários aumentaram 3,2% (+1,6 mil benefícios).

Cabe observar que a concessão mensal de benefícios está sujeita a uma série de particularidades como número de dias úteis, disponibilidade de perícia médica, etc., o que pode prejudicar a comparação e análise mensal dos dados. Já anualmente é possível estabelecer uma base de comparação mais estável.

Anexos

Fluxo de Caixa

2014 (R\$ mil correntes)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998 as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

- (1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
- (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).
- (3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
- (6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
- (7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
- (8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.
- (9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP
- (10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA	JAN	
1. SALDO INICIAL	18.341.223	4.
2. RECEBIMENTOS	28.238.117	38.
2.1. ARRECADAÇÃO	28.346.562	27.
- Arrecadação Bancária	23.882.173	23.
- SIMPLES (1)	2.759.241	2.
- Programa de Recuperação fiscal - REFIS (2)	7.211	
- Arrecadação /Comprev / Dec. nº 6.900/09	225	
- Arrecadação / Lei nº 11.941/09	288.718	
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (3)	-	
- Arrecadação / DARF Setores Desonerados	1.273.541	1.
- Depósitos Judiciais (4)	113.039	
- Outros	33.181	
- Restituições de Arrecadação	(10.766)	
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	(87.551)	
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	16.712	
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (5)	(10.774.049)	2.
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	10.736.442	8.
Arrecadação-SIMPLES/REFIS/PAES/LEI nº 11.941/FIES	4.361.891	3.
Arrecadação - DARF'S/Compensação Lei nº 12.546	968.360	
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)	1.816.705	
- Concursos e Prognósticos	8.700	
- Contribuição Social Sobre o Lucro	727.074	
- COFINS	259.100	

EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES												
	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM. 2014
223	4.205.815											18.341.223
117	38.467.498											66.705.614
562	27.172.471											55.519.034
173	23.109.554											46.991.727
141	2.263.914											5.023.155
1	7.508											14.719
	236											461
18	299.203											587.920
	-											-
141	1.321.999											2.595.540
39	143.151											256.190
1	26.906											60.087
6)	(34.812)											(45.579)
1)	(64.916)											(152.467)
2	10.520											27.232
149)	2.667.041											(8.107.008)
442	8.682.382											19.418.824
191	3.919.530											8.281.421
30	984.480											1.952.840
05	19.892											1.836.597
3	67.621											76.321
74	782.612											1.509.685
10	83.808											342.908

continua

Fluxo de Caixa (continuação)

Obs. Em outubro de 1998 as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

- (1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
- (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).
- (3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
- (6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
- (7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
- (8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.
- (9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.
- (10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ÍTEM DE RECEITA E DESPESA	JAN	
- COFINS/LOAS	1.320.346	2.
- Outras Receitas Vinculadas	1.186.963	
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	87.303	
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-	
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)	-	
- Remuneração das Disponibilidade do Tesouro Nacional	-	
3. PAGAMENTOS	-	
3.1. PAGAMENTOS INSS	37.985.877	34.
3.1.1. BENEFÍCIOS	33.306.631	31.
- Total de Benefícios	32.172.001	30.
- Devolução de Benefícios	32.406.804	30.
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	(209.046)	(1)
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	29.125.085	27.
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (6)	27.844.156	27.
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	1.280.929	
3.1.1.2.1. EPU T.N.	3.046.916	2.
3.1.1.2.2. LOAS	93.866	
3.1.2. PESSOAL (7)	2.953.050	2.
3.1.3. CUSTEIO (8)	811.115	
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (9)	323.515	
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)	4.679.245	2.
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)	24.529.838	25.
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 – 3.1.1)	(4.595.246)	(2.5)
7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)	(7.642.163)	(5.3)
8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (10)	(9.747.760)	4.

EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES												
	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM. 2014
146	2.727.609											4.047.956
63	-											1.186.963
3	96.818											184.121
	-											-
	-											-
	12											12
	-											-
377	34.392.251											72.378.127
631	31.651.865											64.958.497
001	30.699.023											62.871.024
804	30.832.750											63.239.555
46)	(103.945)											(312.991)
085	27.898.617											57.023.701
156	27.882.008											55.726.164
129	16.609											1.297.538
116	2.800.407											5.847.323
6	83.381											177.247
150	2.717.026											5.670.076
15	747.975											1.559.090
15	204.868											528.383
145	2.740.385											7.419.631
838	25.318.370											7.732.621
46)	(2.580.247)											(57.538.866)
63)	(5.380.653)											66.705.614
60)	4.075.247											85.046.838

Fluxo de Caixa

fev/2014
(R\$ mil de fev/2014 - INPC)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS
Obs. Em outubro de 1998 as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.
(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00)
(3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.
(4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
(5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
(6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
(7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
(8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.
(9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP
(10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

1. SALDO INICIAL

2. RECEBIMENTOS

2.1. ARRECADAÇÃO

- Arrecadação Bancária
- SIMPLES (1)
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)
- Arrecadação /Comprev / Dec. nº 6.900/09
- Arrecadação / Lei nº 11.941/09
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (3)
- Arrecadação / DARF Setores Desonerados
- Depósitos Judiciais (4)
- Outras
- Restituições de Arrecadação

2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS

2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS

2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (5)

2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

- Arrecadação-SIMPLES/REFIS/PAES/LEI nº 11.941/FIES
- Arrecadação - DARF'S/Compensação Lei nº 12.546
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)
- Concursos e Prognósticos
- Operações de Crédito Externa
- COFINS
- COFINS/LOAS

	VALORES EM MIL R\$ DE FEVEREIRO/2014 - INPC							
	FEV-13 I	JAN-14 II	FEV-14 III	VAR. III/II EM %	VAR. III/I EM %	ACUM. JAN. A FEV-13 - IV	ACUM. JAN. A FEV-14 - V	VAR. ACUM. V / IV EM %
	14.656.208	18.458.620	4.205.815	(77,2)	(71,3)	5.597.646	13.909.230	148,5
	44.500.207	29.286.902	39.353.782	34,4	(11,6)	76.733.126	68.640.684	(10,5)
	25.735.815	29.396.042	28.058.755	(4,5)	9,0	52.767.943	57.454.798	8,9
	22.562.875	24.035.036	23.109.554	(3,9)	2,4	46.251.117	47.144.590	1,9
	1.984.840	2.776.902	2.263.914	(18,5)	14,1	4.462.017	5.040.816	13,0
	9.223	7.257	7.508	3,5	(18,6)	18.979	14.765	(22,2)
	81	226	236	4,5	192,6	117	463	294,0
	311.526	290.566	299.203	3,0	(4,0)	623.794	589.768	(5,5)
	7.376	-	-	-	(100,0)	28.859	-	(100,0)
	724.273	1.281.693	1.321.999	3,1	82,5	1.230.776	2.603.692	111,5
	195.279	113.763	143.151	25,8	(26,7)	-	1.959.038	-
	8.129	33.393	26.906	(19,4)	231,0	298.363	256.913	(13,9)
	(13.482)	(10.835)	(34.812)	221,3	158,2	19.097	60.299	215,7
	(2.090)	(88.111)	(64.916)	(26,3)	3.006,5	(21.946)	(45.648)	108,0
	9.669	16.819	10.520	(37,5)	8,8	8.577	(153.028)	(1.884,2)
	11.680.927	(10.843.011)	2.667.041	(124,6)	(77,2)	23.682	27.339	15,4
	7.075.886	10.805.163	8.682.382	(19,6)	22,7	9.283.182	(8.175.970)	(188,1)
	3.037.992	4.389.811	3.919.530	(10,7)	29,0	14.649.742	19.487.545	33,0
	-	974.558	984.480	1,0	-	6.354.664	8.309.341	30,8
	240.939	1.828.333	19.892	(98,9)	(91,7)	-	1.959.038	-
	26.047	8.755	67.621	672,3	159,6	26.283	12	(100,0)
	-	-	-	-	-	919.983	1.848.225	100,9
	215.272	260.758	83.808	(67,9)	(61,1)	1.373.372	1.514.339	10,3
	2.850.630	1.328.798	2.727.609	105,3	(4,3)	209.781	184.679	(12,0)

continua ▀

Fluxo de Caixa (continuação)

Obs. Em outubro de 1998 as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

- (1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
- (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).
- (3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
- (6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
- (7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
- (8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.
- (9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.
- (10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

- Outras Receitas Vinculadas
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros
- Contrib. Social sobre Lucro
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF
3. PAGAMENTOS
3.1. PAGAMENTOS INSS
3.1.1. BENEFÍCIOS
- Total de Benefícios
- Devolução de Benefícios
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (6)
3.1.1.2. NÃO PREVIDENCIÁRIOS
3.1.1.2.1. EPU T.N.
3.1.1.2.2. LOAS
3.1.2. PESSOAL (7)
3.1.3. CUSTEIO (8)
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (9)
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 – 3.1.1)
7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)
8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (10)

	VALORES EM MIL R\$ DE FEVEREIRO/2014 - INPC							
	FEV-13 I	JAN-14 II	FEV-14 III	VAR. III/II EM %	VAR. III/I EM %	ACUM. JAN. A FEV-13 - IV	ACUM. JAN. A FEV-14 - V	VAR. ACUM. V / IV EM %
	-	1.194.561	-	(100,0)	-	-	1.194.561	-
	95.373	87.862	96.818	10,2	1,5	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	602.593	731.727	782.612	7,0	29,9	-	-	-
	7.039	-	12	-	(99,8)	222.688	344.566	54,7
	33.363.150	38.229.013	34.392.251	(10,0)	3,1	71.239.493	72.621.264	1,9
	30.723.038	33.519.817	31.651.865	(5,6)	3,0	64.248.620	65.171.683	1,4
	29.727.341	32.377.925	30.699.023	(5,2)	3,3	62.158.962	63.076.948	1,5
	30.010.041	32.614.231	30.832.750	(5,5)	2,7	62.693.918	63.446.981	1,2
	(253.011)	(210.384)	(103.945)	(50,6)	(58,9)	(479.700)	(314.329)	(34,5)
	26.743.199	29.311.506	27.898.617	(4,8)	4,3	55.966.804	57.210.122	2,2
	26.498.121	28.022.378	27.882.008	(0,5)	5,2	55.041.981	55.904.386	1,6
	245.078	1.289.128	16.609	(98,7)	(93,2)	924.823	1.305.737	41,2
	2.984.142	3.066.419	2.800.407	(8,7)	(6,2)	6.192.158	5.866.826	(5,3)
	84.259	94.467	83.381	(11,7)	(1,0)	175.749	177.848	1,2
	2.899.884	2.971.952	2.717.026	(8,6)	(6,3)	6.016.409	5.688.977	(5,4)
	824.290	816.307	747.975	(8,4)	(9,3)	1.572.064	1.564.281	(0,5)
	171.406	325.586	204.868	(37,1)	19,5	517.594	530.453	2,5
	2.640.112	4.709.196	2.740.385	(41,8)	3,8	6.990.873	7.449.581	6,6
	23.095.703	24.686.847	25.318.370	2,6	9,6	45.777.070	50.005.217	9,2
	(3.647.496)	(4.624.659)	(2.580.247)	(44,2)	(29,3)	(10.189.734)	(7.204.906)	(29,3)
	(6.631.638)	(7.691.078)	(5.380.653)	(30,0)	(18,9)	(16.381.892)	(13.071.731)	(20,2)
	11.137.057	(8.942.111)	4.961.531	(155,5)	(55,5)	5.493.633	(3.980.579)	(172,5)
	25.793.265	9.516.510	9.167.346	(3,7)	(64,5)	25.793.265	9.516.510	(63,1)

conclusão ■

Tabela 3

Relação entre a
Arrecadação Líquida e a
Despesa com Benefícios

(R\$ milhões de
fev/2014 - INPC)

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998 as contas
do INSS foram centralizadas na
conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do
SIMPLES. A partir de 1999, inclui
as restituições de arrecadação

(2) Para o ano de 1993, estão sendo
considerados os benefícios totais, isto
é, previdenciários + especiais (EPU).
A partir de 1994, consideram-se
apenas os benefícios previdenciários

(3) A partir de 1999, considera-
se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho
de 1999, inclui valores de Imposto
de Renda (IR) de benefícios
previdenciários que foram
provenientes de emissões de DARF
sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram
provisionados recursos para
pagamento de benefícios no montante
de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram
pagos pela rede bancária, segundo
acordo firmado com o INSS.

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
				(D)		
VALORES REFERENTES AO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE FEVEREIRO, A PREÇOS DE FAV/2014 INPC						
2004	24.347	2.366	21.981	30.437	138,5	(8.456)
2005	27.238	2.540	24.698	34.702	140,5	(10.004)
2006	29.736	2.942	26.794	37.939	141,6	(11.145)
2007	32.875	3.318	29.557	39.196	132,6	(9.639)
2008	37.258	4.679	32.580	42.612	130,8	(10.033)
2009	38.358	4.983	33.375	45.203	135,4	(11.828)
2010	42.482	5.396	37.086	46.572	125,6	(9.486)
2011	47.606	6.087	41.519	49.059	118,2	(7.540)
2012	49.921	6.628	43.293	52.475	121,2	(9.182)
2013	52.768	6.991	45.777	55.967	122,3	(10.190)
2014	57.455	7.450	50.005	57.210	114,4	(7.205)
fev/12	23.641	2.485	21.156	26.943	127,4	(5.787)
mar/12	27.370	2.412	24.958	26.940	107,9	(1.982)
abr/12	26.681	2.390	24.291	30.223	124,4	(5.932)
mai/12	26.661	2.442	24.219	27.075	111,8	(2.856)
jun/12	26.450	2.503	23.947	27.000	112,7	(3.052)
jul/12	27.033	2.469	24.564	27.409	111,6	(2.845)
ago/12	27.252	2.523	24.729	30.145	121,9	(5.417)
set/12	26.098	2.531	23.566	35.694	151,5	(12.127)
out/12	26.720	2.486	24.235	27.287	112,6	(3.052)
nov/12	26.751	2.543	24.208	30.004	123,9	(5.796)
dez/12	43.855	2.550	41.306	34.279	83,0	7.027
jan/13	27.032	4.351	22.681	29.224	128,8	(6.542)
fev/13	25.736	2.640	23.096	26.743	115,8	(3.647)

continua ■

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
				(D)		
mar/13	26.272	2.537	23.735	29.004	122,2	(5.270)
abr/13	28.854	2.540	26.314	32.751	124,5	(6.437)
mai/13	27.869	2.569	25.301	28.416	112,3	(3.115)
jun/13	27.573	2.652	24.921	28.212	113,2	(3.290)
jul/13	28.191	2.628	25.563	28.761	112,5	(3.199)
ago/13	28.432	2.691	25.742	31.673	123,0	(5.932)
set/13	28.496	2.675	25.821	37.958	147,0	(12.137)
out/13	28.802	2.709	26.093	28.875	110,7	(2.782)
nov/13	28.902	2.713	26.189	31.272	119,4	(5.084)
dez/13	44.936	2.661	42.275	36.752	86,9	5.523
jan/14	29.396	4.709	24.687	29.312	118,7	(4.625)
fev/14	28.059	2.740	25.318	27.899	110,2	(2.580)

conclusão ■

Tabela 3 (continuação)

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de fev/2014 - INPC)

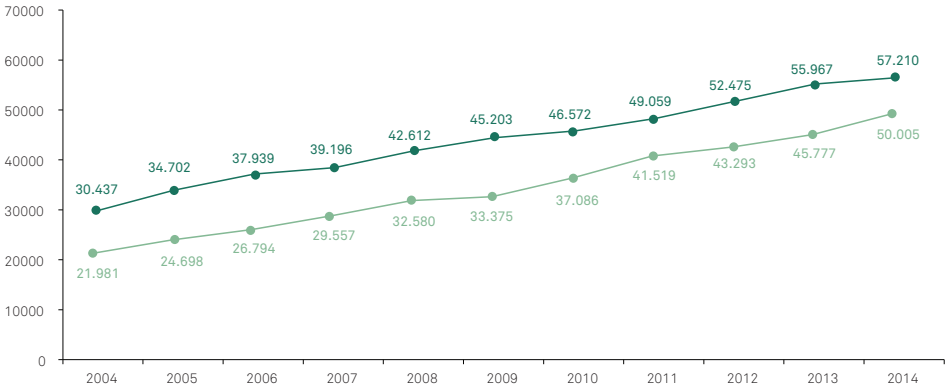


Gráfico 1

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios (acumulado até o mês de fevereiro de cada ano, em R\$ milhões de fev/2014 - INPC)

Legenda

- Arrecadação Líquida
- Benefícios Previdenciários





